



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

Processo N°.: 91/2019	Tomada de Preços N°.: 91/2019
DOTAÇÃO	
1.037	4.4.90.00 DR: 1000 e 1034 COMPLEXO TURÍSTICO/TURISMO

O **MUNICÍPIO DE QUILOMBO**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Duque de Caxias, 165, centro, QUILOMBO, SC - CEP 89850000, leva ao conhecimento dos interessados que se acha aberta a **LICITAÇÃO** do tipo Menor Preço, referente ao **PROCESSO N° 91/2019**, de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, e as condições deste, com **vencimento previsto para a entrega dos envelopes**, contendo os documentos para habilitação e proposta no CENTRO ADMINISTRATIVO, para o **dia 06 de Novembro de 2019, às 09:00 horas**, e a abertura do invólucro da documentação de habilitação a realizar-se no **dia 06 de Novembro de 2019 às 09:10 horas**, no CENTRO ADMINISTRATIVO.

Modalidade de Licitação: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE OBRA PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO NAS CATARATAS LOCALIZADAS EM LINHA SALTO SAUDADES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS, PROJETO ESTRUTURAL, ELABORADOS PELO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE N° 872027/2018/MTUR/CAIXA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E O MINISTÉRIO DO TURISMO POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, VISANDO O FOMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC**, de acordo com as especificações constantes na Lista de Itens, Memorial Descritivo, Cronograma de Execução, Orçamento, Projetos e demais anexos a este EDITAL.

2. TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Esta licitação reger-se-á pelo tipo (forma de julgamento): Menor Preço/Preço Global.
Regime de Execução/Modalidade: Indireta/Empreitada Global por preço Unitário.

3. HABILITAÇÃO

3.1. A empresa interessada em participar da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 28 da Lei 8.666/93):

- a) Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais ou cooperativas e, no caso de sociedade por ações, Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício.

NOTA:

- Caso o licitante tenha apresentado o Contrato Social no credenciamento, o mesmo fica dispensado do referido documento no envelope de habilitação.

3.1.2. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL (art. 29 da Lei 8.666/93):

- a) CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA FEDERAL;
- b) CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA ESTADUAL DA SEDE DO LICITANTE;
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DA FAZENDA MUNICIPAL DA SEDE DO LICITANTE;
- d) CERTIFICADO DE REGULARIDADE FISCAL - FGTS;
- e) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

3.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 30 da Lei 8.666/93):

a) CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA EMITIDA PELO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA ou CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL – CAU/BR, em nome da empresa, que também comprove vínculo do profissional que confere responsabilidade técnica à empresa. Deverão também apresentar Certidão com visto do CREA/CAU/SC as empresas cujo domicílio da sede esteja localizada fora do Estado de Santa Catarina;

b) CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, EXPEDIDA PELO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA OU CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL – CAU/BR, que comprove que a empresa possui, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior (Engenheiro/Arquiteto com atribuições para execução dos serviços do objeto) detentor de Acervo Técnico de execução de serviços pertinentes e compatíveis com as características e quantidades mínimas abaixo indicadas, sendo que o profissional deverá constar do quadro de profissionais responsáveis técnicos pela empresa:

1. Edificação de Materiais Mistos e/ou Especiais Para Fins Comerciais 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
2. Rede Hidrossanitária 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
3. Instalação elétrica residencial e/ou comercial em baixa tensão com medição individual ou coletiva 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
4. Estrutura de concreto armado 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
5. Sistema Preventivo de Incêndio – Iluminação de Emergência 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
6. Sistema Preventivo de Incêndio – Sinalização de Emergência 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
7. Sistema Preventivo de Incêndio – Conjunto de Extintores 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²

c) ATESTADO FORNECIDO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO E/OU PRIVADO, devidamente registrado no CREA/CAU/BR, de que a proponente executou serviços pertinentes e compatíveis com as características e quantidades mínimas abaixo indicadas, comprovando aptidão para a execução da obra objeto desta licitação:

1. Edificação de Materiais Mistos e/ou Especiais Para Fins Comerciais 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
2. Rede Hidrossanitária 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
3. Instalação elétrica residencial e/ou comercial em baixa tensão com medição individual ou coletiva 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
4. Estrutura de concreto armado 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
5. Sistema Preventivo de Incêndio – Iluminação de Emergência 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
6. Sistema Preventivo de Incêndio – Sinalização de Emergência 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²
7. Sistema Preventivo de Incêndio – Conjunto de Extintores 153,98 m² (50% da área) = 76,99 m²

d) ATESTADO DE VISITA TÉCNICA EMITIDO PELO SETOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DO MUNICÍPIO (Os interessados deverão requerer o atestado de visita técnica até às 17:00 horas do dia 01/11/2019, para que o engenheiro responsável designado pelo Município, acompanhe o (os) interessado (os) até o local da obra). A visita técnica no local é obrigatória, como condição de habilitação e continuidade no certame, haja vista as razões acima expostas, sendo que tais situações irão por certo impactar na composição dos custos, sendo que o não conhecimento do local poderá ensejar diversas situações não previstas, até mesmo um eventual pedido de desistência, ou abandono dos serviços.

3.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 31 da Lei 8.666/93):

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, com data de expedição não superior a 30 dias anteriores a data da licitação.

c) Comprovante de depósito no valor mínimo de 1% (um por cento) referente caução em dinheiro, como garantia da obra, através de recibo bancário, o qual deverá ser depositado no Banco do Brasil S.A, Agência 1393-5, conta corrente nº 35.630-1.

NOTA:

- A Garantia de 1% efetuada como comprovante para a Habilitação será devolvida 10 (dez) dias após a homologação do Processo Licitatório, mediante pedido protocolado junto a Prefeitura Municipal, aos licitantes desclassificados ou não vencedores, e ao vencedor do certame, em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, mediante requerimento protocolado junto a Prefeitura de Quilombo.

- Caso a licitante vencedora não assinar o contrato, perderá o direito de ressarcir o valor de 1% (um por cento) depositado em garantia da fase da habilitação.

3.1.5. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (art. 27, V da Lei 8.666/93 c/c Decreto 4.358/2002):

Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”, nos moldes do Decreto 4.358/2002 (modelo anexo).

3.1.6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E DE INEXISTÊNCIA DE REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (modelo anexo).

3.2. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral a que se refere o § 1º do art. 36 da Lei nº 8.666/93 e alterações, quando expedido pelo Município de Quilombo/SC, pertinente ao objeto da licitação, substitui os documentos relacionados no item 3.1.2. e a) do item 3.1.3. A substituição aplica-se somente aos documentos que constem como válidos no Certificado de Registro Cadastral. A licitante deverá apresentar os documentos que constarem como vencidos no Certificado de Registro Cadastral, sob pena de ser inabilitada caso não apresente.

3.3. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

Sec. Administração / Setor Compras

PROCESSO Nº.: 91/2019 - LICITAÇÃO Nº.: 91/2019

ABERTURA: às 09:10 horas do dia 06 de Novembro de 2019.

ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

3.4. Toda a documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada em original ou em fotocópia autenticada por servidor da administração ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial (art. 32 da Lei 8.666/93).

3.4.1. Tratando-se de certidões emitidas via internet, a autenticidade das mesmas poderá ser feita, em diligência, mediante consulta junto ao órgão expedidor.

3.5. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-ão como sendo de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

3.6. As microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a lei Complementar Federal nº 123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 46 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº 01 e 02, documento que comprove esta situação.

3.6.1. O documento necessário para comprovação, deverá ser uma declaração emitida pela empresa, assinada pelo contador responsável e pelo representante legal da mesma ou Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007.

3.6.2 A validade da declaração de que trata o item anterior será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da emissão, sendo que a validade da Certidão é a que consta da mesma.

3.6.3. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, sob pena de inabilitação, ainda que essa apresente alguma restrição.

4. PROPOSTAS

4.1. O licitante deverá apresentar sua proposta da seguinte forma;

- a) Em papel timbrado ou pré-impresso pelo município;
- b) Datilografada;
- c) Datada;
- d) Rubricada em todas as páginas e assinada na última página;
- e) Em envelope fechado e identificado, na forma do item 4.3.

4.2. Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

- a) Planilha Orçamentária e Planilha de Cronograma físico-financeiro;
- b) Prazo de entrega proposto;
- c) Prazo de validade da proposta, no mínimo de 60 dias;
- d) Preços unitários em algarismos e preço global em algarismo e por extenso, sendo que deverão ser cotados todos os itens, sob pena de desclassificação da proposta.

4.3. A documentação e a proposta deverão ser apresentadas em envelopes separados fechados e rubricados pelo representante do licitante, com a seguinte identificação externa:

ENVELOPE N° 02

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE QUILOMBO

Sec. Administração / Setor Compras

PROCESSO N°.: 91/2019 - LICITAÇÃO N°.: 91/2019

ABERTURA: às 09:10 horas do dia 06 de Novembro de 2019.

ENVELOPE “PROPOSTA”

4.4. No caso de microempresa será adotado o seguinte procedimento de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

4.4.1. Como critério de desempate será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.2. O empate será verificado na(s) situação(ões) em que a(s) proposta(s) apresentada(s) pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10 (dez por cento) superiores à(s) proposta(s) mais bem classificada(s), ocasião(ões) na(s) qual(is), proceder-se-á da seguinte forma:

4.4.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

4.4.2.2. Declinando do direito a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no item 4.4.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

4.4.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para definição da ordem de preferência à apresentação da proposta, nos termos do item 4.4.2.1.

4.4.2.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos itens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, na própria sessão pública.

4.4.2.5. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

4.4.2.6. Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.4.2.7. A não-regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará em inabilitação da licitante.

4.4.2.8. Mesmo que os documentos de regularidade fiscal apresentem restrição, deverão as microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no envelope da documentação de habilitação, apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal do item 5 deste Edital.

5. DIREITO DE INSPEÇÃO

5.1. Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE QUILOMBO o direito de inspecionar as instalações, equipamentos e exatidão das informações, antes e/ou após a homologação.

6. LOCAL DE INFORMAÇÕES, ELEMENTOS OU ESCLARECIMENTOS, ENTREGA OU EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os interessados poderão obter maiores informações sobre a licitação e adquirir o Edital Nº. 91/2019, na Rua Duque de Caxias, nº 165, das Segundas às Sextas feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3346-3242, ou *site* do Município de Quilombo, no seguinte endereço: <http://www.quilombo.sc.gov.br>

6.2. As empresas ou pessoas, interessadas na licitação, poderão visitar e conhecer os locais, e as instalações de entrega e/ou execução do seu objeto, antes da licitação.

7. PRAZOS DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de execução e vigência será de 06 (seis) meses, a contar da expedição da Ordem de Serviço pelo Município.

7.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

7.3. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

8. REUNIÃO DE LICITAÇÃO

8.1. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local 15 (quinze) minutos antes do horário previsto.

8.2. Para participar da reunião, os licitantes deverão estar legalmente representados, através de procuração pública ou particular, carta de apresentação ou contrato social, conforme o caso, juntamente com a cédula de Identidade ou documento equivalente. As credenciais serão apresentadas em separado dos envelopes.

8.3. A reunião de licitação se desenvolverá como segue:

- a) Abertura da reunião;
- b) Credenciamento dos licitantes presentes;

- c) Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes;
- d) Rubrica de todos os licitantes nos documentos apresentados;
- e) Apreciação dos documentos;
- f) Devolução dos envelopes contendo as propostas fechados aos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso;
- g) Não tendo sido interposto recurso quanto à habilitação, o que será entendido como desistência e constará em ata, serão abertos os envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados;
- h) Interposto recurso, a reunião será suspensa até o julgamento, sendo comunicados os licitantes do seu conteúdo e decisão, bem como do reinício dos trabalhos;
- i) A abertura dos envelopes contendo a documentação e as propostas será realizada em ato público com a lavratura de ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão;
- j) As propostas serão rubricadas pelos licitantes presentes e pela Comissão.

8.4. É facultada a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada à esclarecer ou a complementar o processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.

8.5. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

9. JULGAMENTO

9.1. Serão desclassificadas:

- a) As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) As propostas que tiverem Valor Global superior ao Total Geral constante do orçamento, ou seja, R\$ 230.828,90 (Duzentos e trinta mil, oitocentos e vinte e oito reais e noventa centavos).
- c) As propostas que tiverem Preço(s) Unitário(s) superior(es) ao(s) do orçamento Quantitativo e Financeiro Discriminado;
- d) As propostas que tiverem Preço(s) global(is) inexequível(is);
- e) As propostas que não apresentarem cotação de algum serviço constante na planilha do Orçamento Quantitativo e Financeiro Discriminado.

9.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo (Parágrafo 2º. do Art. 45, Lei 8.666/93).

9.3. O MUNICÍPIO DE QUILOMBO se reserva o direito de pedir novos detalhes em consequência das propostas apresentadas, assim como revogar ou anular a licitação em parte ou no todo, ou transferi-la a seu critério, sem que por esse motivo os concorrentes tenham direito a qualquer indenização ou reclamação.

9.4. A adjudicação prevista neste aviso será feita por Preço Global no julgamento das propostas, levando-se em conta, o critério de Menor Preço.

9.5. Aprovada a licitação, será emitida Autorização de Fornecimento autorizando a execução dos serviços, ficando o fornecedor ou executor obrigado a cumpri-los de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em sua proposta, podendo o MUNICÍPIO DE QUILOMBO exigir, se assim achar conveniente, a celebração do contrato.

10. ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. O licitante vencedor será convocado para a assinatura do CONTRATO, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Homologação.

10.1.1. A empresa deverá apresentar na assinatura do contrato, ART/RRT de execução da obra.

10.1.2. Por ocasião da assinatura do contrato, a licitante vencedora apresentará Declaração atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade do contratado a fiscalização desta vedação.

10.2. Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o MUNICÍPIO DE QUILOMBO pelo período de 06 (seis) meses, perderá o direito de ressarcir o valor de 1% (um por cento) depositado em garantia da fase da habilitação.

10.3. Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o MUNICÍPIO DE QUILOMBO poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, mediante atualização dos preços pelo índice previsto no item 12 deste edital.

10.4. Não será admitida a subcontratação do objeto desta licitação nem a participação de consórcio.

10.5. Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado como se nele estivessem transcritos.

10.6. O contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes, e de conformidade com o estabelecido nas Leis 8.666/93 e 8.883/94.

10.7. Todas as licenças ambientais necessárias para a execução do objeto contratado, serão de responsabilidade da empresa vencedora da licitação.

11. GARANTIA CONTRATUAL

11.1. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, ao comparecer para assinatura do contrato, deverá entregar recibo de depósito, a título de GARANTIA CONTRATUAL, a importância de 5% (cinco por cento) do valor da proposta vencedora.

11.2. A garantia contratual deverá ser feita por caução em dinheiro, o qual deverá ser depositado no Banco do Brasil S.A, Agência 1393-5, conta corrente nº 35.630-1.

11.3. A garantia contratual somente será levantada, na mesma modalidade em que foi feita, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, e depois de cumpridas todas as obrigações contratuais. Caso a empresa não cumprir com todas as obrigações contratuais, inclusive os prazos estabelecidos no contrato, além de todas as obrigações contidas no edital, ou no caso de rescisão do contrato, não será devolvido o valor referente à garantia contratual, perdendo ainda a mesma o direito de reaver o referido valor, o qual será apropriado pelo MUNICÍPIO, exceto se a rescisão e/ou paralisação se der em decorrência de acordo com o MUNICÍPIO.

11.3.1. O pedido de devolução da garantia contratual deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Quilombo, a qual será feita conforme item 11.3 do Edital.

12. DO REAJUSTE

12.1. Não haverá reajuste no preço (art. 40, XI da Lei 8.666/93).

13. DO PAGAMENTO

13.1. O Pagamento será efetuado através de boleto bancário e/ou depósito na conta do fornecedor (somente na Caixa Econômica Federal), sendo que os dados bancários do fornecedor deverão ser indicados no corpo da nota, **conforme medição realizada por engenheiro responsável contratado pelo Município, vinculado à liberação dos recursos do Contrato de Repasse nº 853965/2017/MTUR/CAIXA**, e mediante apresentação da nota fiscal, discriminando o valor do material e mão de obra, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO DE QUILOMBO.

13.2. Ficará ainda condicionado ao pagamento:

a) 1ª medição:

Apresentação de Diário de Obra, Matrícula da Obra junto ao INSS e Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93: Certidão Negativa da Fazenda Federal, Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado, Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado, Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

b) Demais medições:

Diário de Obra e Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93: Certidão Negativa da Fazenda Federal, Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado, Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado, Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

c) Última medição:

Diário de Obra, apresentação da CND do INSS relativa à obra e Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93: Certidão Negativa da Fazenda Federal, Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado, Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado, Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

13.3. Serão retidos valores de INSS incidentes sobre os serviços, conforme legislação em vigor.

13.4. Sobre o valor pago à Contratada, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

- a)** Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal nº 123/2003;
- b)** Para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n.º 125/2017.

13.5. Nas Notas Fiscais emitidas deverão constar o número desta licitação, do contrato e os dados bancários (boleto ou nº da agência e conta corrente) para pagamento, obrigatoriamente.

14. SANÇÕES

14.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei Federal N°. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a licitante adjudicada que descumprir as condições deste Edital de Tomada de Preços, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista na Cláusula respectiva da Minuta de Contrato anexa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE QUILOMBO pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Nota:

- Não serão aplicados, principalmente multa, se comprovadamente, o atraso na execução dos serviços, advier de caso fortuito ou de força maior.

15. RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto desta licitação será recebido:

- a) Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do executante.
- b) Definitivamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que fica fixado em 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório ou da vistoria que comprove estar o objeto do contrato em conformidade com os termos contratuais.

15.2. O recebimento provisório ou definitivo não isenta a CONTRATADA da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a CONTRATANTE, observando o disposto no art. 69, da Lei N°. 8.666/93.

16. DA GARANTIA DA OBRA

16.1. A licitante contratada responderá pela solidez e segurança da obra objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o artigo 618 do Código Civil Brasileiro (Lei nº.10.406/2002).

17. DOS RECURSOS

17.1. Dos atos decorrentes deste Edital, praticados pelo MUNICÍPIO DE QUILOMBO, caberá:

- a) Recurso, no prazo de cinco dias úteis a contar da lavratura da ata ou da intimação do ato, nos casos de:
 - i. Habilitação ou inabilitação do licitante;
 - ii. Julgamento das propostas;
 - iii. Anulação ou renovação da licitante;
 - iv. Indeferimento do pedido de inscrição no registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
 - v. Rescisão do contrato pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

- vi. Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- b) Representação, no prazo de cinco dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, desde que não caiba recurso hierárquico.
- c) Pedido de reconsideração de decisão do MUNICÍPIO DE QUILOMBO, nos casos previstos na Lei Nº. 8666 de 21/06/93 e legislação pertinente, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.

17.2. A intimação dos atos referidos no item 17.1.1., exceto os relativos a advertência e multa de mora, e no item 14.1.3 deve ser feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo, para os casos dos itens a) e b) do item 17.1.1., se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotado a decisão, quando poder ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrados em ata.

17.3. O recurso previsto nos subitens 17.1.1. e 17.1.2. terá efeito suspensivo, podendo a autoridade, justificadamente e presentes razões de interesse público atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

17.4. Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.5. O recurso será dirigido a autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

17.6. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

17.7. Os recursos deverão ser protocolados junto ao Município de Quilombo, não sendo aceita qualquer outra forma de envio das razões de recurso.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

18.1. Decairá do direito de impugnar os termos do edital aquele que não o fizer até o 2º dia útil que antecede a abertura dos envelopes da habilitação, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo, conforme parágrafo 2º do artigo 41 da Lei 8.666/93.

18.2. Não será admitida a impugnação do edital por nenhuma outra forma que não seja a entrega do referido documento em cópia física e protocolada junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Quilombo.

18.3. Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O MUNICÍPIO DE QUILOMBO reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e do interesse público, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

19.2. No caso de não haver expediente para a data fixada a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á as 09:10 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

19.3. Faz parte integrante deste edital de licitação:

- a) Ficha de Apresentação;
- b) Lista de Itens do Objeto desta Licitação;
- c) Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos e de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
- d) Modelo de declaração (inciso V do art. 27, da Lei n. 8.666/93);
- e) Minuta de Contrato;
- f) Orçamento e Cronograma;
- g) Memorial Descritivo;
- h) Projetos;
- i) ARTs do Projeto.

19.4. A presente licitação é regida pelas disposições da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

Quilombo/SC, 18 de Outubro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

FICHA DE APRESENTAÇÃO

Nome da Empresa	
CNPJ	
Nome para contato 01	
Nome para contato 02	
Endereço completo (rua, número, bairro, CEP)	
E-mail	
Telefone fixo	
Telefone móvel 01	
Telefone móvel 02	

Os dados acima se referem a eventual necessidade de contato entre o município e a empresa. Qualquer informação acima que for modificada, a empresa deverá comunicar formalmente o município.

Data _____

Assinatura do Responsável da Empresa



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

LISTA DE ITENS

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 91/2019.

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, sito à Rua Duque de Caxias, n° 165, centro, Quilombo - SC, torna pública a LICITAÇÃO na modalidade de TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, tipo/forma de julgamento Menor Preço/Preço Global, autorizado no **Processo Administrativo N° 91/2019**, regido pela Lei Federal N° 8.666/93, e legislação pertinente. Receberá os envelopes contendo a documentação e a proposta até as **09:00 horas do dia 06 de Novembro de 2019** e abrirá os envelopes às **09:10 horas do dia 06 de Novembro de 2019**.

QUILOMBO/SC, 18 de Outubro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Objeto: AQUISIÇÃO DE OBRA PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO NAS CATARATAS LOCALIZADAS EM LINHA SALTO SAUDADES.

*****Os valores deverão ser cotados por preços unitários*****

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	AQUISIÇÃO DE OBRA PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO NAS CATARATAS LOCALIZADAS EM LINHA SALTO SAUDADES. A OBRA SERÁ EXECUTADA CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS, PROJETO ESTRUTURAL, ELABORADOS PELO MUNICIPIO E APROVADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (GIGOV).	obra	1,00	230.828,90	230828,90
Total					230.828,90

Valor Total...:R\$ _____ (_____).

Fornecemos a obra solicitada no preço acima especificado e concordamos com as condições do Edital de Tomada de Preços. A Proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 dias. O prazo de execução é de até 06 (seis) meses, a contar da ordem de serviços.

(Local e Data)

Assinatura e Carimbo do Proponente



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

(modelo)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E DE
INEXISTÊNCIA DE REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS
INIDÔNEAS E SUSPENSAS**

A (empresa)....., inscrita no CNPJ sob o n.º, estabelecida na Rua....., através de seu representante legal Sr., portador do RG nº, CPF nº, Declara, para os fins de participação na **TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 91/2019** do Município de Quilombo - SC, e, sob as penas da lei, de que até a presente data, inexistem fatos impeditivos que a inabilitem ao presente processo licitatório, e que a empresa não possui Registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Declaramo-nos ainda, cientes da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores, de acordo com o § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93.

Local/data,

Carimbo e assinatura do Responsável



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

(modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Processo Licitatório nº 91/2019 Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 91/2019.

_____, inscrito no CNPJ n.º
_____/_____-_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade
n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA**,
para fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido
pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. xxxxx

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE QUILOMBO** E A EMPRESA xxxx NOS TERMOS DA LEI N°. 8.666 DE 21/06/93.

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE QUILOMBO**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Duque de Caxias, 165, centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.021.865/0001-61, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro em união estável, residente e domiciliado na Rua Jacob Simon nº 71, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Quilombo - SC, portador da RG nº 2.031.348 e CPF nº 579.998.729-20, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa xxxx, com sede na(o) xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. xxxxxxxxxxxxxxxx neste ato representada por seu representante legal Senhor _____, portador da RG nº _____ e CPF nº _____ doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do **Processo de Licitação N° 91/2019, TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 91/2019**, homologado em ___/___/___, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei N° 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE OBRA PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO NAS CATARATAS LOCALIZADAS EM LINHA SALTO SAUDADES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS, PROJETO ESTRUTURAL, ELABORADOS PELO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE N° 872027/2018/MTUR/CAIXA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E O MINISTÉRIO DO TURISMO POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, VISANDO O FOMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.**

1.2. Ao assinar este Contrato, a **CONTRATADA** declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela **CONTRATANTE** qualquer reclamação ou reivindicação por parte da **CONTRATADA** fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da **CONTRATADA**,

TOMADA DE PREÇOS, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O objeto do presente contrato será realizado sob o Regime de Execução/Modalidade: Indireta/Empreitada Global por preço Unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, pelos serviços, o preço proposto que é R\$ _____ (_____).

4.2. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3. O Pagamento será efetuado através de boleto bancário e/ou depósito na conta do fornecedor (somente Caixa Econômica Federal), sendo que os dados bancários do fornecedor deverão ser indicados no corpo da nota, **conforme medição realizada por engenheiro responsável contratado pelo Município, vinculado à liberação dos recursos do Contrato de Repasse nº 853965/2017/MTUR/CAIXA**, e mediante apresentação da nota fiscal eletrônica (discriminando o valor do material e mão de obra), de acordo com o Decreto nº 413/2011 de 03/08/2011, do Governo do Estado de Santa Catarina, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO DE QUILOMBO.

4.3.1. Ficará ainda condicionado ao pagamento:

a) 1ª medição:

Apresentação de Diário de Obra, Matrícula da Obra junto ao INSS e Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93: Certidão Negativa da Fazenda Federal, Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado, Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado, Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

b) Demais medições:

Diário de Obra e Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93: Certidão Negativa da Fazenda Federal, Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado, Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado, Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

c) Última medição:

Diário de Obra, apresentação da CND do INSS relativa à obra e Certidões relativas à regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93: Certidão Negativa da Fazenda Federal, Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do contratado, Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do contratado, Certificado de Regularidade Fiscal – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).

4.4. Serão retidos valores de INSS incidentes sobre os serviços, conforme legislação em vigor.

4.5. Sobre o valor pago à Contratada, a título de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN será retido da seguinte forma:

- a) Para empresas optantes pelo Simples Nacional, conforme Lei Federal nº 123/2003;
- b) para empresas não optante pelo Simples Nacional, conforme Lei Municipal n.º 125/2017.

4.6. Nas Notas Fiscais emitidas deverão constar o número desta licitação, do contrato e dados bancários (boleto ou nº da agência e conta corrente) para pagamento, obrigatoriamente

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1. O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a execução dos serviços será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1. O prazo de execução é de até 06 (seis) meses, a contar da ordem de serviços.

6.2. A vigência será de ___/___/2019 a ___/___/2020, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes, e de conformidade com o estabelecido nas Leis N.º. 8.666/93 e 8.883/94.

6.3. O início deve se dar a partir da expedição da ordem de serviços.

6.4. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.5. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário	Valor Bloqueado
1.037	COMPLEXO TURÍSTICO/TURISMO	4.4.90.00 - DR: 1000	R\$ 7.971,76
1.037	COMPLEXO TURÍSTICO/TURISMO	4.4.90.00 - DR: 1034	R\$ 222.857,14

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO

8.1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, do Memorial Descritivo, dos Projetos, Cronogramas e as normas da Lei aplicáveis ao objeto, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A execução deste Contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante da CONTRATANTE especialmente designado.

8.3. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução deste Contrato.

8.4. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.6. A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes ou do Município, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

8.7. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as licenças ambientais necessárias para a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1. Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.

9.1.2. Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

9.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MULTAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados;
- c) Multa de 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição por dia de paralisação, sem prejuízo das demais cominações, no caso de paralisação da execução do contrato, sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias úteis e no máximo de 7 (sete) dias consecutivos;
- d) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição pelo não cumprimento do prazo contratual, sem plena justificativa;

- e) Multa de até 1% (um por cento) calculados sobre o valor da última medição, em caso de inobservância das demais cláusulas do Contrato;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO DE QUILOMBO, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei Nº. 8.666/93;
- h) No caso de inadimplemento que resulta em aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, o pagamento devido só poderá ser liberado se comprovado, mediante a apresentação de guia, o recolhimento da multa em questão, ou o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura.

10.2. O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE QUILOMBO e que a **CONTRATADA** vier a fazer jus.

10.3. A **CONTRATADA** será notificada da aplicação da multa e à partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da **CONTRATANTE**, assegurado o direito de defesa de que trata o parágrafo 2º. (segundo), do artigo 87, da Lei Nº. 8.666/93.

10.4. Fora deste prazo a multa será cobrada em dobro e a **CONTRATANTE** suspenderá os pagamentos até o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. Rescisão deste Contrato por ato unilateral da **CONTRATANTE**:

11.1.1. A **CONTRATANTE** poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a **CONTRATADA** sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) O não cumprimento pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular pela **CONTRATADA** das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) O desatendimento pela **CONTRATADA** das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) Razões de interesse do serviço público.

11.1.2. A **CONTRATANTE** terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) O atraso injustificado no início dos serviços;
- b) Suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da **CONTRATADA**, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a **CONTRATANTE**;
- d) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- i) O protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3. No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da **CONTRATADA**, serão observadas as seguintes condições:

- a) A **CONTRATADA** não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a **CONTRATANTE** aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) A **CONTRATADA** terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela **CONTRATANTE**, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a **CONTRATANTE**;
- c) Em qualquer caso, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;
- d) Caso a **CONTRATANTE** não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2. Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1. O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) A supressão, por parte da **CONTRATANTE**, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;
- b) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2. Nestes casos, a **CONTRATANTE**, deverá pagar a **CONTRATADA** os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3. Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

- a) Tanto a **CONTRATANTE** como a **CONTRATADA** poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no artigo 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Neste caso, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2. Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS/OBRAS

12.1. O objeto desta licitação será recebido:

- a) Provisoriamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita do executante.
- b) Definitivamente: Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que fica fixado em 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório ou da vistoria que comprove estar o objeto do contrato em conformidade com os termos contratuais.

12.2. O recebimento provisório ou definitivo não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade decorrente de erros de execução, a cuja reparação se obriga, tudo sem ônus para a **CONTRATANTE**, observando o disposto no art. 69, da Lei N.º. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da **CONTRATADA**.

13.1.1. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da **CONTRATADA**, fica a **CONTRATANTE** desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a **CONTRATADA**, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

13.2. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**.

13.3. A **CONTRATADA** responderá a todas as reclamatórias trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a **CONTRATANTE** e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a **CONTRATADA**, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.3.1. Caso haja condenação da **CONTRATANTE**, inclusive como responsável solidária, a **CONTRATADA**, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – NOVAÇÃO

14.1. A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da **CONTRATANTE**, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO SEGURO

15.1. A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de QUILOMBO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

QUILOMBO, de de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Edina Moniqueli Maestri
CPF: 092.603.799-46

Nome: Eleni Segalla
CPF: 086.299.659-75



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE OBRA PELO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO NAS CATARATAS LOCALIZADAS EM LINHA SALTO SAUDADES, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PROJETO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS, PROJETO ESTRUTURAL, ELABORADOS PELO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 872027/2018/MTUR/CAIXA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC E O MINISTÉRIO DO TURISMO POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, VISANDO O FOMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC
Valor :	R\$
Vigência.....:	Início: / /2019 Término: / /2020.
Licitação.....:	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 91/2019.
Dotação.....:	1.037 4.4.90.00 1000 e 1034
QUILOMBO, de de 2019.	
SILVANO DE PARIZ Prefeito Municipal	

Extrato Contratual



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

CONTRATO DE CAUÇÃO Nº /2019.

Município: QUILOMBO – SC

Empresa Licitante:

FINALIDADE: O PRESENTE CONTRATO TEM A FINALIDADE DE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS.

Que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUILOMBO - SC**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 83.021.865/0001-61, com sede administrativa na Rua Duque de Caxias , nº 165 centro, CEP 89.850-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal de Quilombo SC, SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Jacob Simon nº 71, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Quilombo - SC, portador da RG nº 2.031.348 e CPF nº 579.998.729-20, neste ato denominado de **MUNICÍPIO**, e de outro lado a empresa, com sede, inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., neste ato representada por seu representante legal Senhor, portador da RG nº. e CPF nº., doravante denominada simplesmente de **LICITANTE**, que tem entre si acertado o que segue:

Conforme **Processo de Licitação nº. 91/2019**, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, a empresa....., tem o compromisso de prestar **CAUÇÃO** conforme letra “b”, item 3.1.4. do Edital.

A **LICITANTE**, na **FASE DE HABILITAÇÃO** do processo, apresentou (cópia do recibo de depósito ou comprovante de TED) de 1% (um por cento) do valor total do projeto, como **garantia da obra**, no valor de **R\$** (.....) na conta corrente nº. 35.630-1, agência 1393-5, Banco do Brasil S/A.

A licitante concorda que o valor ficará depositado em conta, com rendimentos de poupança a título de garantia, que será devolvido nos termos do Edital.

O Município tem o compromisso de manter o valor recebido a título de caução na conta acima informada com a devida aplicação e a devolução do valor recebido com os rendimentos auferidos da aplicação.

E por ser este o acordado entre as partes, as mesmas assinam o presente contrato, assumindo por si seus herdeiros e sucessores na forma da Lei, elegendo o Fórum desta Comarca para dirimir possíveis dúvidas do presente contrato.

Quilombo, de de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Sócio Administrador

Testemunhas:

Nome: Edina Moniqueli Maestri
CPF: 092.603.799-46

Nome: Eleni Segalla
CPF: 086.299.659-75



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato N°.: /2019	
Contratante.: MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
Contratada..:	
Objeto.....: Garantia contratual (Caução em dinheiro)	
Valor.....: R\$ ().	
Vigência.....: De / /2019 até a devolução do valor depositado como caução referente a fase da habilitação do processo licitatório Tomada de Preços 91/2019.	
Licitação.....: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 91/2019	
QUILOMBO, de de 2019.	
SILVANO DE PARIZ Prefeito Municipal	



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

CONTRATO DE CAUÇÃO Nº /2019.

Contratante:

Contratada:

FINALIDADE: O PRESENTE CONTRATO TEM A FINALIDADE DE ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS.

Que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE QUILOMBO - SC**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 83.021.865/0001-61, com sede administrativa na Avenida Primo Alberto Bodanese, nº 791 centro, CEP 89.850-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal de Quilombo SC, SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro em união estável, residente e domiciliado na Rua Jacob Simon nº 71, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Quilombo - SC, portador da RG nº 2.031.348 e CPF nº 579.998.729-20, neste ato denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, com sede, na cidade de, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. neste ato representada por seu representante legal Senhor, portador da RG nº. e CPF nº., doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, que tem entre si acertado o que segue:

Conforme Processo de Licitação nº. 91/2019, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, a empresa, tem o compromisso de prestar **CAUÇÃO** conforme item 11.2. do Edital.

A **CONTRATADA**, na assinatura do **Contrato nº**, prestou a **garantia** no valor de **R\$** (.....), conforme documento ... (recibo de depósito ou documento de transferência TED)....., na conta corrente nº. 35.630-1, agência 1393-5, Banco do Brasil S/A em, correspondente à 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

A contratada concorda que o valor ficará depositado em conta com rendimentos de poupança a título de fiança, cujo valor caucionado será utilizado pelo Município em todas as hipóteses as quais se farão necessários recursos provenientes, caso que, sendo aplicado tal numerário poderá ser utilizado a qualquer momento nos casos em que se constatar a inadimplência do contratado como forma de ressarcimentos dos danos causados pelo contratado ao Município ou a terceiros caso o Município eventualmente possa ser prejudicado.

O Município de Quilombo por este instrumento tem o compromisso de ao final do contrato nº, fazer a devida devolução do valor recebido como caução, desde que a contratada cumpra com todas as exigências legais previstas no instrumento do edital e do contrato.

Em caso de cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, e não havendo aplicação de penalidades, o Município fará ao final do contrato a restituição da caução com os rendimentos de poupança auferidos durante o período em que o valor ficar depositado.

O Município contratante tem o compromisso de manter o valor recebido a título de caução na conta acima informada com a devida aplicação e a devolução do valor recebido com os rendimentos auferidos da aplicação.

E por ser este o acordado entre as partes, as mesmas assinam o presente contrato, assumindo por si seus herdeiros e sucessores na forma da Lei, elegendo o Fórum desta Comarca para dirimir possíveis dúvidas do presente contrato.

Quilombo, de de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Sócio Administrador

Testemunhas:

Nome: Edina Moniqueli Maestri
CPF: 092.603.799-46

Nome: Eleni Segalla
CPF: 086.299.659-75



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	
Objeto.....:	Garantia contratual (Caução em dinheiro)
Valor.....:	R\$ (.....).
Vigência.....:	De / /2019 até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.
Licitação.....:	TOMADA DE PREÇOS Nº 91/2019.
	QUILOMBO, de de 2019.
	SILVANO DE PARIZ Prefeito Municipal

Extrato Contratual



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Departamento Jurídico

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 91/2019

Edital: TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Nº 91/2019

Forma de Julgamento : Menor Preço/Preço Global

Regime de Execução: Indireta

Modalidade: Empreitada Global por Preço Unitário

Objeto : AQUISIÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL P/EXECUÇÃO DE
OBRA DE CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS
ASSOCIADOS AO TURISMO NAS CATARATAS LOCALIZADAS EM
LINHA SALTO SAUDADES, MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.

Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 06/11/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 06/11/2019.

A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro
Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis,
das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas,
pelo Fone (49) 3346-3242 ou no *site* do município www.quilombo.sc.gov.br.

QUILOMBO, 18 de Outubro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal